

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PAULO RONALD GALVÃO DOS SANTOS

**EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE EM ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR: CASE USP RECICLA**

MACEIÓ

2022

PAULO RONALD GALVÃO DOS SANTOS

**EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE EM ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR: CASE USP RECICLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Administração.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Lima Marques Fernandes

MACEIÓ

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237e Santos, Paulo Ronald Galvão dos.
Empreendedorismo e sustentabilidade em organizações do terceiro setor : case
USP Recicla / Paulo Ronald Galvão dos Santos. – 2022.
45 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Lima Marques Fernandes.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Administração) – Universidade Federal
de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 39-45.

1. Sustentabilidade. 2. Responsabilidade social. 3. Governança corporativa. 4. USP
Recicla. I. Título.

CDU: 658.012.2:504

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULO RONALD GALVÃO DOS SANTOS

EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: CASE USP RECICLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, como Requisito para a obtenção do título de graduado em Administração.

Aprovado em: 31/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 ANA PAULA LIMA MARQUES FERNANDES
Data: 31/03/2023 20:47:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Dra Ana Paula Lima Marques Fernandes (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas– UFAL

Documento assinado digitalmente

 LUCAS SILVA DE AMORIM
Data: 01/04/2023 00:21:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Lucas Silva de Amorim
Coorientador - Universidade Federal de Alagoas– UFAL

Documento assinado digitalmente

 EDILSON DOS SANTOS SILVA
Data: 02/04/2023 20:53:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edilson dos Santos Silva
Examinador Interno – Universidade Federal de Alagoas– UFAL

Dedico este projeto aos meus avós, aos amigos que fiz ao decorrer do curso dentro e fora da rede Enactus, aos professores pelo conhecimento transmitido e por último e não menos importante, à Deus, pois sem ele nada seria possível!

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência.”

(Henry Ford)

RESUMO

Em um contexto organizacional, mesmo sem fins lucrativos, as organizações do terceiro setor devem desenvolver mecanismos e práticas para realizar suas atividades com a comunidade, assumindo a tarefa de harmonizar suas ações representadas pela dimensão socioeconômico-ecológica na busca pela sustentabilidade. Portanto, este estudo tem como objetivo compreender como a sustentabilidade está inserida na gestão e nas ações da USP Recicla para a continuidade de seus resultados na sociedade. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Nesse sentido, como resultado de pesquisas teóricas sobre a ONG, foram identificadas algumas categorias teóricas que podem contribuir para a definição de sustentabilidade em organizações do terceiro setor. A primeira categoria inclui organizações tendo o lucro como seu objetivo econômico principal - fins lucrativos - com os sistemas de controle, de estrutura e de processo inteiramente focados nas atividades que geram o rendimento e com o controle baseado em números econômico-financeiros. A segunda categoria inclui organizações sem objetivos econômicos ou lucrativos, com objetivo de fornecer serviços sociais ou públicos - sem lucros. A terceira categoria, diretamente relacionada a este documento, caracteriza as organizações com um objetivo econômico, mas sem fins lucrativos. Examinando as categorias identificadas, percebeu-se que, apesar da falta de correspondência entre algumas categorias do objeto de pesquisa da organização, existe uma natureza harmoniosa entre elas, tomando como organização base para esse estudo o empreendedorismo sustentável da USP Recicla.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade Social. Governança Corporativa. Empreendedorismo Verde. USP Recicla.

ABSTRACT

In an organizational context, even non-profit organizations, third sector organizations must develop mechanisms and practices to carry out their activities with the community, assuming the task of harmonizing their actions represented by the socioeconomic-ecological dimension in the search for sustainability. Therefore, this study aims to understand how sustainability is inserted in the management and actions of USP Recicla for the continuity of its results in society. The research is exploratory and descriptive with a qualitative approach. The methodology used was the literature review. In this sense, as a result of theoretical research on NGOs, some theoretical categories were identified that can contribute to the definition of sustainability in third sector organizations. The first category includes organizations having profit as their main economic objective - for-profit purposes - with control, structure and process systems entirely focused on activities that generate income and with control based on economic-financial numbers. The second category includes organizations without economic or profit objectives, with the objective of providing social or public services - not for profit. The third category, directly related to this document, characterizes organizations with an economic objective, but not for profit. Examining the identified categories, it was noticed that, despite the lack of correspondence between some categories of the organization's research object, there is a harmonious nature between them, taking as the base organization for this study the sustainable entrepreneurship of USP Recicla.

Keywords: Sustainability. Social responsibility. Corporate governance. Green Entrepreneurship USP Recicla.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Objetivos Agenda 2030	17
Figura 2. Processo de empreendedorismo sustentável.	21
Figura 3. Canecas distribuídas pelo USP Recicla.	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. A evolução histórica das abordagens da responsabilidade social empresarial.	18
Tabela 2. Definições e relações de dependências entre os fenômenos investigados:	19
Tabela 3. Princípios da Governança corporativa	21
Tabela 4. Valores Fundamentais da governança corporativa	20
Tabela 5. Dimensões da orientação empreendedora adotadas por diferentes estudos	24
Tabela 6. Os principais autores selecionados no quadro a seguir para fundamentar essa pesquisa	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	14
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 SUSTENTABILIDADE	16
2.1.1 Responsabilidade Corporativa	18
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	20
2.3 EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL.....	22
2.3.1 Vantagens do empreendedorismo sustentável	25
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
3.1 ABORDAGEM E CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA	28
4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
4.1 USP RECICLA	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5.1. CONSIDERAÇÕES FUTURAS	37
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Os desafios que obrigam as organizações do terceiro setor (OTSs), especialmente as organizações não governamentais (ONGs), a permanecerem ativas exigem a adoção de novos posicionamentos, principalmente no que diz respeito ao uso de ferramentas de gestão que proporcionem maior transparência, avaliação de impacto e monitoramento das atividades, agilidade na captação de recursos, entre outros benefícios. Conforme Mota; Nassif (2015), essas organizações prestam serviços na abordagem de problemas pela proposição de uma missão lucrativa.

No entanto, a sobrevivência das ONGs significa muito mais do que a gestão dos aspectos econômicos, de acordo com Vasconcelos; Slomski (2017), essas organizações tem recebido grandes cobranças principalmente pela sociedade, relacionada aos resultados trazidos pelas suas ações e uso de recursos públicos, pois sua atividade principal e sua essência reside no desenvolvimento e implementação de ações em benefício da sociedade e/ou do meio ambiente, é importante que os conceitos de desenvolvimento sustentável sejam compreendidos e incorporados às práticas de gestão dessas organizações.

É sabido que a evolução do debate sobre sustentabilidade tem introduzido gradativamente uma notável gama de abordagens para se trabalhar em termos do foco de análise desejado. Isso se deve a temas complexos que combinam diferentes caminhos, mas acabam por refletir os debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade, enfatizando a necessidade de manter o equilíbrio entre suas dimensões (ambiental, econômica e social). No sentido linguístico, sustentabilidade significa manter, conservar, preserva, observa-se então o compromisso organizacional em realizar a sustentabilidade dentro dessas três dimensões, visando uma preservação contínua a longo prazo, considerando os recursos existentes para as próximas gerações, não só de comunidades, mas dentro da própria organização, atualizações nos métodos de preservação.

No entanto, em que medida as ONGs buscam alinhar os principais conceitos empreendedorismo sustentável na melhoria de sua governança institucional? Esse desafio sugere que todas as organizações, inclusive as ONGs, devem criar um ambiente de complementaridade entre os recursos organizacionais para melhor

alcançar uma estrutura de governança que assuma essa característica sustentável. É a partir desse argumento que este trabalho tenta entender como a sustentabilidade está inserida na gestão e nas ações da USP Recicla, uma ONG que atua para o desenvolvimento socio ambiental.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o empreendedorismo sustentável observando, como exemplo, a “USP Recicla”.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar o conceito da sustentabilidade no âmbito organizacional, tendo por base dos conceitos de empreendedorismo verde.
- Evidenciar a aplicação da sustentabilidade através do case “USP Recicla”, fazendo com que seja possível a avaliação do projeto e implementação das diretrizes do empreendedorismo verde.
- Verificar com base no case USP Recicla, se o empreendedorismo sustentável se apresenta como uma ferramenta vantajosa no mercado.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Este trabalho de conclusão de curso visa contribuir para o conhecimento do empreendedorismo sustentável, tema que, embora já tenha produção científica no Brasil e no estado de Sergipe, ainda se caracteriza como novo, segundo Borges et al. (2013), e com um pequeno número de trabalhos publicados. Há ainda um vasto campo a ser abordado nesse tema, conforme Borges et al. (2013) afirmam e sugerem, e é nesse vácuo acadêmico que este trabalho pretende operar.

Desta forma, o estudo justifica-se diante da necessidade de ser investigada a identificação da forma de empreendedorismo sustentável em uma determinada empresa, bem como a motivação, dificuldades, resultados, entre outros aspectos que compõem a escolha pelo empreendedorismo sustentável, importante para a

discussão do tema, como os resultados obtidos a partir de tais estudos podem contribuir para novas ações neste campo, tendo por base o case da USP Recicla, demonstrando de que forma é possível empreender garantindo a sustentabilidade nos processos de fabricação.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

O trabalho está organizado da seguinte forma: O primeiro tópico trata da contextualização introdutória do trabalho, seu objetivo geral e específicos, a justificativa e relevância do seu desenvolvimento, finalizando com a apresentação da estrutura da pesquisa. No segundo tópico, é apresentado o referencial teórico em que é contextualizada uma visão geral sobre as formas sustentabilidade, reponsabilidade corporativa, conceitos de governança, bem como uma breve revisão da literatura sobre empreendedorismo e as vantagens trazidas pela sustentabilidade. Já no terceiro tópico, é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. No quarto tópico, demonstramos a análise dos dados coletados, resultados observados e discussões da pesquisa efetuada. E por fim, no quinto tópico, as considerações finais apontadas através de toda a pesquisa e por fim, as referências que deram suporte nessa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE

As constantes mudanças que estão ocorrendo em escala global geram uma evolução gradativa do modo de pensar da população, aumentando a reflexão sobre o modo de vida aceito, no sentido de sua reconstrução para o desenvolvimento sustentável, ou seja, que esse estilo é durável. Tais mudanças são discutidas de forma mais intensa a partir de meados do século XX até os dias atuais em reuniões e conferências. Nesse período, foi desenvolvido o conceito de desenvolvimento sustentável, que está relacionado à satisfação das necessidades atuais sem prejudicar as gerações futuras (VAN BELLEN, 2015).

A ideia inicial da sustentabilidade é encontrar uma harmonia concomitante entre justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva sustentável, fica claro que não apenas os órgãos locais devem lutar por esse tipo de desenvolvimento, mas também as organizações e instituições, buscando a harmonização na natureza das ações e no âmbito de suas atividades. Este fato pode ser explicado pela equivalência das principais dimensões do desenvolvimento sustentável do conceito de desenvolvimento sustentável nas organizações. O que, segundo Kisil (2016), é considerado pelas organizações como um tema de eficácia organizacional.

Segundo Alves Junior (2018), para que uma organização seja sustentável, ela deve ser economicamente rentável, ambientalmente correta e socialmente responsável na região em que atua ou no país como um todo. Isso é chamado de *triple bottom line* na avaliação da sustentabilidade corporativa.

Assim, o estudo da responsabilidade social adaptado à realidade do terceiro setor é relevante, pois muitas vezes envolve as características físicas e comportamentais das empresas para obter lucro.

Apesar das semelhanças já mencionadas entre empresas e organizações da sociedade civil, a abordagem do desenvolvimento sustentável merece abordagens diferenciadas em cada uma dessas organizações. Deve-se levar em conta que divergem de sua missão institucional e, por vezes, apresentam-se como antagônicos em seus objetivos, o que reforça a necessidade de abordar a sustentabilidade organizacional de forma específica para essas organizações do terceiro setor. (ALVES JÚNIOR, 2018)

Visando essa questão de sustentabilidade e desenvolvimento econômico, deve-se citar a Agenda 2030, sendo que está possui Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda tem como objetivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento econômico, social e ambiental à escala global. Trata-se de uma Agenda universal que assenta em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países.

Os objetivos da Agenda 2030, estão ilustrados na tabela abaixo.

Figura 1. Objetivos Agenda 2030



Fonte: GUIA DOS ODS (2015)

Desta forma, conforme a Organização das Nações Unidas (2015), a Agenda 2030 é um compromisso global assumido em 2015 por 193 países, incluindo o Brasil. A agenda é coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e propõe a ação de governos, instituições, empresas e a sociedade em geral para o enfrentamento dos maiores desafios do mundo contemporâneo.

Porém, de acordo com a quinta edição do Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030, o Brasil não apresentou avanço satisfatório em nenhuma das 169 metas da agenda de desenvolvimento sustentável, definida pela ONU em 2015.

E, pior, 54,4% delas estão em retrocesso, 16% estão estagnadas e 12,4%, ameaçadas.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 193 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas nações se comprometeram a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta. Os signatários estão determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente.

2.1.1 Responsabilidade Corporativa

Segundo Credidio (2018), uma empresa pode cometer o erro de confundir investimento social privado com responsabilidade social. Ao apoiar oportunamente uma instituição ou programa social, eles imaginam que serão percebidos como socialmente responsáveis, mas estão errados. Uma corporação não é considerada cidadã apenas porque patrocina ou subsidia uma determinada iniciativa/projeto. Uma empresa que se diz socialmente responsável deve se comportar assim 365 dias por ano.

Tabela 1. A evolução histórica das abordagens da responsabilidade social empresarial.

Abordagem	Contextualização	Autores
Acionista	A reponsabilidade social de uma organização é diretamente proporcional aos lucros gerados pelo desempenho de suas atividades. O acionista, ator que busca a maximização dos retornos sobre seus investimentos, é a prioridade da empresa. As atividades de responsabilidade social não constam em seus deveres, mas sim representam ações a serem desenvolvidas pelos representantes governamentais. Essa abordagem pode ser interpretada como aquela em que a empresa pratica a responsabilidade social somente em atos de uma cadeia de valor sustentável (em termos financeiros) e duradoura para os proprietários do empreendimento.	Friedman(1962), Quazi e O'Brien(2000)
<i>Stakeholder</i>	Essa abordagem indica que as organizações não importam apenas em termos contábeis para seus acionistas, mas também por uma séria de interesses que deveriam ser analisados, balanceados e atendidos mediante as expectativas dos diversos <i>stakeholders</i> que se relacionam com a empresa, os quais podem afetar ou serem afetados pelas atividades operacionais e pelos objetivos que compõem as rotinas estratégicas das organizações.	Freeman (1984)
Social	Essa abordagem possui seus princípios mais alinhados aos propósitos de uma verdadeira responsabilidade social empresarial, uma vez que admite que as empresas possuem uma responsabilidade sobre a sociedade como um todo, por serem parte integrante de toda a estrutura que rege esta sociedade. As empresas, por consequência dessa responsabilidade, operam por meio de um consentimento público no intuito de suprirem os anseios e necessidades da sociedade.	Göbbels(2002)

Fonte: Munck e Souza (2009)

Além disso, segundo os mesmos autores:

Admoesta-se, assim, que a sustentabilidade organizacional concede força estratégica aos princípios da responsabilidade social empresarial e respalda as decisões e os processos empresariais acatados rumo ao desenvolvimento sustentável com mecanismos de gestão coerentes para com as metas assumidas pela organização, a fim de que ela galgue representatividade em ações sociais mobilizadas em prol do desenvolvimento sustentável. Considera-se, então, que a maturidade e a ramificação da responsabilidade social empresarial podem ser observadas na sustentabilidade organizacional,

logo, aquela constitui em um caminho organizacional estratégico inicial e esta representa um caminho organizacional estratégico avançado para a viabilização do desenvolvimento sustentável. (MUNCK e SOUZA, p.185-202, 2009)

Desta forma, pode-se verificar que o conceito de responsabilidade social constitui em uma série de processos que são necessários para o alcance da sustentabilidade organizacional, sendo esta uma ferramenta que busca o equilíbrio entre tudo e relaciona-se com o operacional da organização.

Contudo, para exemplificar de forma mais clara a pesquisa, abaixo segue uma tabela, que faz a diferenciação entre os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sustentabilidade organizacional e responsabilidade social.

Tabela 2. Definições e relações de dependências entre os fenômenos investigados:

Fenômeno em análise	Conceituação em relação às organizações
Desenvolvimento sustentável	O desenvolvimento sustentável enquanto objetivo relaciona economia ecologia; enquanto processo interliga ecologia e sociedade; e enquanto ação organizacional exige a vinculação entre economia, ecologia e sociedade. O desenvolvimento sustentável busca a soma dos equilíbrios dos sistemas sociais, econômicos e ambientais, e mais um equilíbrio maior composto por todas as interações entre esses sistemas.
Sustentabilidade	A sustentabilidade compõe ações mais objetivas que propiciam o alcance de um desenvolvimento sustentável. Se considerada cada meta organizacional como um objetivo final em busca de um equilíbrio sistêmico, considera-se cada uma delas relacionadas à sustentabilidade. A soma de tais metas e a adição de sucesso desses objetivos sustentáveis é o que propicia um desenvolvimento sustentável.
Sustentabilidade Organizacional	Procura o equilíbrio de cada sistema de ação organizacional, a fim de que esses equilíbrios sejam somados e interagidos em prol de um balanceado desenvolvimento sustentável. Ela possui a responsabilidade de validar o conjunto de interesses estabelecidos pelos indivíduos e pelas organizações, em preocupações que enriqueçam os princípios sustentáveis da organização.
Responsabilidade social empresarial	A responsabilidade social empresarial trata de questões como transparência, diálogo com os <i>stakeholders</i> e atos de reportar ações sustentáveis. Ela é compreendida como apenas um dos estágios da sustentabilidade organizacional, no qual as empresas procuram meios que viabilizem práticas de gestão que integram as dimensões da sustentabilidade.

Fonte: Munk e Souza (2009)

Diante do exposto nesta tabela, observa-se que a responsabilidade social compreende uma série lógica de acontecimentos necessários para que se consiga alcançar a sustentabilidade organizacional, sendo esta pautada no equilíbrio entre as influências diretas e indiretas em relação principalmente aos processos operacionais

da organização. Estes processos, independentemente de quais sejam, são capazes de influenciar a meta em relação a responsabilidade social e consequentemente sustentabilidade, sendo que o empreendedorismo verde, é uma maneira de se conseguir chegar nestes patamares, haja visto que todas as ações são voltadas para práticas sustentáveis, cuja finalidade é buscar o equilíbrio entre produção e meio ambiente.

Observa-se que é necessário destacar que as práticas voltadas para o âmbito sustentável, incluindo a responsabilidade social e o empreendedorismo verde, são nichos de mercado que estão crescendo e possuem um alto valor agregado em relação ao produto ou serviço. Contudo, consumidores aliados a essa pegada ambiental, visando produções limpas, estão dispostos a pagar, tudo pensando nas próximas gerações e no futuro do planeta.

Por fim, essa questão é observada em embalagens biodegradáveis de fraldas descartáveis, embalagens retornáveis de refrigerantes, assim como os canudos, onde só é permitido a comercialização daqueles de papel, fazendo com que haja um comprometimento por parte das empresas em relação a práticas sustentáveis, bem como a questão de responsabilidade social não só com país, mas com o mundo, verificando que as ações corretas de hoje podem modificar o mundo de amanhã.

2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa geralmente tem dois modelos: *shareholder* (anglo-saxão) e *stakeholder* (nipo-alemão). *Shareholder* é um modelo baseado nos interesses dos acionistas. Quanto aos *stakeholders*, os membros do grupo estão interessados no potencial direito ao fluxo de caixa, assim como funcionários, fornecedores, credores, cidadãos, clientes, ou seja, aqueles que formam a sociedade civil (SILVA, E., 2016).

Ainda de acordo com a ideia proposta pelo autor, a diferença existente é que os acionistas se dirigem sistematicamente aos acionistas. Já os *stakeholders* têm interesses públicos internos e externos (SILVA, E., 2016).

Conforme destacado por Silva (2016), a diferença entre os acionistas é baseada nos princípios dos acionistas, os *stakeholders* referem-se aos interesses dos acionistas para vincular os objetivos dos públicos interno e externo. É a determinação do que se espera que esteja associado ao crescimento e à maximização do lucro da organização.

Tabela 3. Princípios da Governança corporativa

Princípios	Descrição
Equidade (<i>fainerss</i>)	Refere-se ao tratamento igualitário e justo de todos os sócios (cooperados) e demais <i>stakeholders</i> , não sendo aceitas atitudes ou políticas discriminatórias.
Prestação de contas (<i>accountability</i>)	Os agentes da governança devem prestar contas de sua atuação e se responsabilizar integralmente pelas consequências de seus atos e omissões.
Responsabilidade social organizacional	Dever de zelar pela sustentabilidade da cooperativa, visando à sua perenidade e à longevidade. As questões sociais e ambientais devem ser consideradas no âmbito dos negócios e das operações da cooperativa.
Transparências (<i>disclosure</i>)	Relacionado à disponibilização de informações compulsórias e voluntárias para as partes interessadas, principalmente aqueles relevantes para ações gerenciais e que conduzem a criação de valor da cooperativa. A adequada transparência resulta em confiança e legitimação.

Fonte: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2009)

Os benefícios fiscais na aplicação de recursos e outras práticas desenvolvidas ajudarão o Brasil a observar mais de perto as características das aplicações financeiras nas organizações brasileiras (BARBOSA, 2018).

Silveira (2010) destaca que a governança corporativa começou a ser utilizada no Brasil no final da década de 1990, sendo o próprio IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa responsável pelas atividades de governança corporativa.

Pode-se dizer que existem diferentes definições em relação a governança corporativa, citadas como guardiã, sistema de relações, estrutura de poder e sistema normativo, sendo estas evidenciadas na figura abaixo.

Tabela 1. Valores Fundamentais da governança corporativa

Guardião de direitos de partes interessadas	Sistema de relações
<ul style="list-style-type: none"> • Shareholders: Dividendos ao longo do tempo e ganhos de capital; • Outros stakeholders: gestão estratégica de demandas conciliáveis com a continuidade de longo prazo da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas; • Gestão de relacionamentos internos, proprietários, conselhos e direção; • Gestão de relacionamentos externos: outros stakeholders.
Estrutura de poder	Sistema normativo
<ul style="list-style-type: none"> • Definição clara de papéis, proprietários, conselhos, direção. • Decisões de alto impacto; • Direcionamento estratégico: processo de formulação, homologação e controle; • Sucessões planejadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conduta ética permeando todas as relações internas e externas; • Integridade, competência e envolvimento construtivo no trato de negócios; • Responsabilidade corporativa, abrangendo amplo leque de interesses.

Sistema de Valores
<ul style="list-style-type: none"> • Fairness: Senso de justiça, equidade, Disclosure (transparência) • Accountability: prestação responsável de contas

Fonte: Andrade e Rosseti (2012)

Segundo os mesmos autores, ainda pode-se dizer que uma das mais importantes dimensões da governança corporativa, são os valores, que promovem a sustentação fazendo com que haja um elo de ligação entre concepções, práticas e gestão.

Diante disso, surge o Código de melhores prática do IBGC, onde é aplicada a qualquer porte de empresa, utilizado para avaliação de práticas que devem ser adotadas, adaptando a estrutura que melhor atende a realidade da empresa, ou seja, desde grande às pequenas empresas utilizam este código como parâmetro para organização dos seus processos.

As boas práticas implantadas pela governança corporativa fizeram com que esta tivesse destaque no mercado, pois serviram como um atrativo a investidores, criando valor frente ao mercado competitivo.

As questões sustentáveis, relacionadas as boas práticas de governança corporativa, vão de encontro com o pensamento “verde” das empresas, fazendo com que estas pensem de forma correta, tendo em vista o legado que deixarão para as outras gerações. Esta questão relacionada as maneiras sustentáveis, vai de encontro com o empreendedorismo verde e desenvolvimento sustentável, fazendo com que neste quesito se possa agregar valor ao produto ou serviço, tendo em vista a conscientização de toda uma sociedade da real necessidade sobre o meio-ambiente, como uma forma de deixar um espaço agradável para sucessão do seu negócio.

2.3 EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

Enquanto o empreendedorismo se concentra na criação de valor econômico, o empreendedorismo sustentável estende esse objetivo para incluir o desenvolvimento sustentável e seus benefícios sociais e ambientais.

Para Cohen e Winn (2017), o empreendedorismo sustentável é um campo de estudo que busca entender como as oportunidades são identificadas, criadas e exploradas para desenvolver bens e serviços futuros, por quem e com quais consequências econômicas, sociais, psicológicas e ambientais. O autor acredita que

os benefícios sociais surgem de iniciativas ambientais, iniciativas econômicas e do impacto positivo do empreendedorismo no bem-estar global.

Parrish (2018) mostra que o empreendedorismo sustentável está mais integrado ao desenvolvimento sustentável. O autor considera o empreendedorismo sustentável como um tipo de empreendedorismo que introduz dimensões sociais e ambientais no desenvolvimento de uma empresa que já tem foco econômico.

Além das condições econômicas, políticas e sociais, deve-se citar que as questões de ordem individual, como maior ou menos prevalência de características empreendedoras, impactam sobre o potencial empreendedor. Segundo SARKAR (2010), os traços empreendedores são mais prevalentes em alguns indivíduos, no entanto, o empreendedorismo poderá ser promovido através do apoio e da consolidação de uma cultura empreendedora.

O conceito de empreendedorismo, no século XII, era visto como alguém que incitava brigas. Já no século XVI, o empreendedor era visto como aquelas figuras impostas pelo militarismo. Contudo, no século XVII, o empreendedor era a pessoa que dirigia o negócio, que corria os riscos do mercado e eram inovadores e também focavam em oportunidades de se obter lucro.

A palavra empreendedor remete ao significado daquele indivíduo que move todos os seus sonhos para a construção do seu negócio. De certo modo, ser empreendedor, não necessita de um local físico, ou seja, montar uma empresa para empreender, pois as atitudes daquela pessoa o fazem empreendedor.

O termo empreendedorismo já é amplamente utilizado nos dias de hoje, inclusive no meio acadêmico. Revistas acadêmicas internacionais como *Entrepreneurship Theory and Practice*, *Entrepreneurship and Regional Development*, *Journal of Developmental Entrepreneurship* e *Journal of International Entrepreneurship* se dedicam exclusivamente ao tema. No Brasil, apesar de não termos revistas específicas sobre o tema, ele é amplamente discutido naquelas que relatam temas envolvendo a administração e o desenvolvimento econômico, em livros e encontros de palestras.

Desta forma, pode-se dizer que as pessoas devem conquistar e aprender essas funções empreendedores, para que na prática seja possível colocá-las na rotina de seu empreendimento, ou até mesmo em processos quando se tem um negócio já consolidado.

Evidencia-se que a criação e inovação, interligadas ao conceito do

empreendedorismo, podem e devem ser aplicadas no âmbito social e ambiental, não somente com fins exclusivamente financeiro, mas também pensando em uma produção mais sustentável, de forma que no futuro, as ações daquele momento não impactem negativamente no cotidiano das próximas gerações, pois estes serão os que terão que lidar com os problemas causados por não haver uma correta conscientização no presente momento.

Abaixo, segue uma tabela, adaptada de Martens (2010), demonstrando a relação de características que um empreendedor deve ter segundo alguns estudiosos desta área.

Tabela 5. Dimensões da orientação empreendedora adotadas por diferentes estudos

Dimensões de Estudos	Inovatividade	Assumir riscos	Proatividade	Autonomia	Agressividade competitiva
Miller (1983)	X	X	X		
Covin e Slevin (1989, 1991)*	X	X	X		
Covin e Covin (1990)*	X	X	X		X
Guth e Ginsberg (1990)	X	X	X		
Zahra e Covin (1995)	X	X	X		
Lumpkin e Dess (1996)	X	X	X	X	X
Morris <i>et al.</i> (1994)	X	X	X		
Wiklund (1998, 1999)	X	X	X		
Messeghem (2003)	X	X	X		
Richard <i>et al.</i> (2004)	X	X	X		
Mello <i>et al.</i> (2004)	X	X	X		
Mello e Leão (2005)	X	X	X	X	X
Wiklund e Shepherd (2005)	X	X	X		
Covin <i>et al.</i> (2006)	X	X	X		

Fonte: Martens (2010).

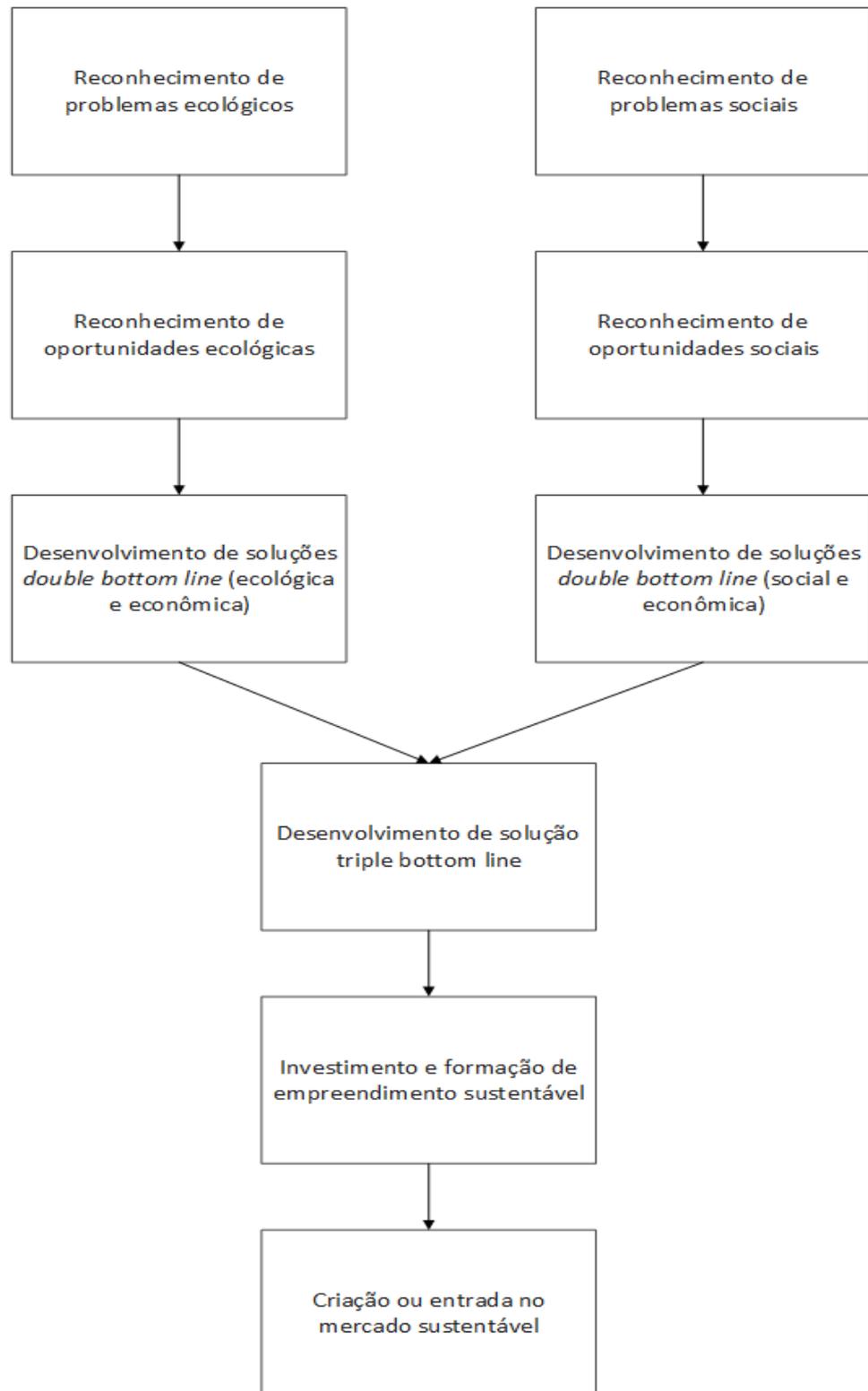
Desta maneira, observa-se que embora as cinco dimensões listadas acima, sejam centrais para entender o empreendedorismo, elas podem ocorrer em combinações diferentes, dependendo do tipo de atividade que a empresa atua, verificando o conceito de multidimensionalidade deste conceito.

Verifica-se que as atividades empreendedoras, são extremamente interligadas às operações globais das organizações, fazendo com que a orientação empreendedora possa atuar em sua renovação, melhorando processos e trazendo à tona habilidades nas quais sejam possíveis assumir riscos e possibilitem a competição em meio ao mercado.

2.3.1 Vantagens do empreendedorismo sustentável

Para que as oportunidades ambientais sejam identificadas é necessário que seja construído uma espécie de radar, de forma que as questões ambientais possam ser identificadas. Abaixo, na figura 02, exemplifica-se o processo de empreendedorismo sustentável, onde o caminho para o desenvolvimento sustentável depende de escolhas iniciais.

Figura 2. Processo de empreendedorismo sustentável.



Fonte: Belz e Binder (2015).

As ações sustentáveis ou de cunho ambiental podem se apresentar como meio e até mesmo um objetivo para se empreender. Enquanto para uns o principal objetivo de um empreendimento é o lucro, para outros o objetivo é colaborar com o

desenvolvimento sustentável, sendo o lucro uma consequência para se manter a continuidade de suas atividades.

Alguns pesquisadores só consideram empreendedores sustentáveis, aqueles que além dos ganhos financeiros, são motivados pelos ganhos sociais e ambientais com os processos que estabelecem no mercado. Partindo deste conceito, um empreendedor que somente visa o financeiro explorando o esse nicho de sustentabilidade, não seria considerado um ecoempreendedor.

A título de exemplo, observamos este processo na indústria de cosméticos. As pessoas procuram produtos que não tenham sido testados em animais, demonstrando a preocupação com o meio ambiente e tudo que o contemple. Mesmo que os produtos sejam mais caros, há um consumo grande e uma preocupação cada vez maior em toda cadeia seguir os mesmos exemplos de algumas empresas. Aqui cabe a ressalva de que os métodos de testagem em animais são arcaicos, e de fato cabe aos setores produtores encontrarem maneiras ecologicamente corretas para que possam garantir a qualidade dos seus produtos sem que agridam o meio-ambiente.

Outra questão que podemos levantar, é o consumo de alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos. Sabe-se que a utilização de agrotóxicos além de prejudicial ao meio ambiente, também oferece riscos ao ser humano caso o uso seja em níveis altos. Os produtores, encontraram nesta oportunidade, uma vantagem competitiva, onde oferecem alimentos que não expõe riscos à saúde de quem o consome e conseqüentemente consegue agregar mais valor ao seu produto. Claro que o manejo, e medidas necessárias para que se mantenha o sistema de produção aumentam por conta de todos os cuidados que tem de haver, porém há recompensas, tanto no âmbito financeiro, como no ambiental.

Desta maneira, podemos verificar que o empreendedorismo é fundamental para o desenvolvimento sustentável empresarial, pois a partir de mudanças ocorridas neste setor é que veremos mudanças no cenário econômico, social e ambiental. O ato de empreender é o um dos que mais gera riqueza no mundo, e se essa fonte mudar os seus conceitos e abordagem como um todo, a sociedade também irá se readaptar à nova realidade. Por isso se torna crucial incentivar a criação de novos negócios empreendedores, pois estes serão responsáveis pela ruptura entre o paradigma que hoje vivemos entre a sociedade e aqueles preocupados com efetividade de suas práticas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados a descrição dos procedimentos metodológicos e os procedimentos que foram realizados para que os objetivos do presente estudo fossem alcançados. Apresenta-se também neste tópico como o método de abordagem da pesquisa e a sua classificação, a técnica utilizada para pesquisa de campo, descrevendo os instrumentos utilizados e a forma como os dados foram apreciados.

3.1 ABORDAGEM E CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

Para a construção do presente estudo é necessário que seja estabelecida uma linha de pesquisa, cujo objetivo é explorar os resultados alcançados no decorrer do estudo. A pesquisa é definida como um processo racional e sistemático que tem como principal objetivo assegurar as respostas e a solução para um determinado problema apresentado. Deve-se evitar a utilização de apenas uma metodologia ou técnica na pesquisa e sempre considerar a combinação entre os mais apropriados para um determinado assunto.

De um modo geral, podemos dizer que a pesquisa é classificada quanto a natureza da pesquisa, quanto a forma de abordagem do problema, quanto aos objetivos e os procedimentos técnicos. Quanto a sua classificação, a pesquisa classifica-se em qualitativa, de natureza descritiva e com relação aos procedimentos técnicos classifica-se em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de casos (BRUCHÉZ, 2019).

A pesquisa descritiva é aquela na qual busca-se analisar duas ou mais variáveis dentro de uma determinada temática. A principal característica de um estudo descritivo é a ausência de um grupo de comparação, ou seja, o objetivo é a descrição de um determinado caso ou fenômeno (BRUCHÉZ, 2019).

A pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que trata da subjetividade, e busca analisar e interpretar comportamentos, hábitos e atitudes, cujo conhecimento é adquirido através de uma revisão integrativa da literatura. Com relação a natureza, utilizou-se a natureza aplicada, pois visa a obtenção de conhecimento para a aplicação em uma situação real (MARCONI E LAKATOS, 2009).

No que concerne aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de casos, que contam com matéria

previamente publicado nas principais bases de dados da internet, livros digitais e físicos. Foram descritos os principais autores selecionados no quadro a seguir para fundamentar essa pesquisa:

Tabela 6. os principais autores selecionados no quadro a seguir para fundamentar essa pesquisa

Autores	Tema	Ano
ALVES JUNIOR, M. D.	Sustentabilidade na Gestão de Organizações do Terceiro Setor: Um estudo dos Empreendimentos Sociais apoiados pela Ashoka.	2008
ALENCASTRO, M. S. C.	Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa.	2012
ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P.	Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.	2009
BARBOSA, L. T.	Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Norte de Minas Gerais: Estudo Relativo à Implantação de Unidades de Reciclagem e Compostagem a partir de 1997.	2004
BELZ, F. M.; BINDER, J. K.	Sustainable entrepreneurship: a convergent process model.	2015
BORGER, F. G.	Responsabilidade Corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações.	2016
BORGES, C. et al.	Empreendedorismo sustentável: proposição de uma tipologia e sugestão de pesquisa.	2013
BORGES, C. et al.	Empreendedorismo Sustentável: proposição de uma tipologia e sugestões de pesquisa.	2013
BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R.	O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais.	2012
BRASIL, S. A.; NOGUEIRA, C. R.	Empreendedorismo Sustentável: estudo de caso sobre o processo de criação de um empreendimento sustentável.	2016
CORRÊA, C. E. G.	Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.	2011
HART, S. L.; MILSTEN, M. B.	Creating Sustainable Value.	2003
KISIL, R.	A aderência entre o constructo sustentabilidade e a prática das ONGs.	2008
LINDGREEN, A.; SWAEN, V.; JOHNSTON, W. J.	Corporate social responsibility: An empirical investigation of US organizations.	2009
MAJID, I. A.; KOE, W. L.	Sustainable Entrepreneurship: a revised model based on triple bottom line (TBL).	2012
MONTIEL, I.	Corporate social responsibility and corporate sustainability separate pasts, common futures	2008
MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de.	Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável.	2009
PARRISH, B. D.; FOXON, T. J.	Sustainability entrepreneurship and equitable transitions to a low-carbon economy.	2009
PARRISH, B. D.	Sustainability-Driven entrepreneurship: a literature review	2018
PERRINI, F.; TENCATI, A.	Sustainability and stakeholder management: the need for new corporate performance evaluation and reporting systems.	2006

SHEPHERD, D. A.; PATZELT, H.	The new field of sustainable entrepreneurship: studying entrepreneurial action linking “what is to be sustained” with “what is to be developed”	2011
SCHLANGE, L. E.	What drives sustainable entrepreneurs.	2006
VAN MARREWIJK, M.	Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion.	2003
VAN BELLEN, H. M.	Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.	2015

A principal vantagem desse tipo de pesquisa é assegurar uma pesquisa fidedigna, com uma maior cobertura dos fenômenos através do contato direto com o material escrito auxiliando significativamente nas análises e obtenção das informações.

4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 USP RECICLA

O Programa USP Recicla, institucionalizado em 1994, é culturalmente reconhecido como parte fundamental no processo de Educação Ambiental e Gestão de Resíduos nos mais diversos campi da USP. Inicialmente vinculado à Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais – CECAE – e depois à Agência USP de Inovação, desde 2012 integra a rede de programas da SGA, onde são realizadas palestras educativas, oficinas, feiras de trocas, entre outras ações. (USP, 2021)

A missão do USP Recicla é minimizar a geração de resíduos, por meio de iniciativas, fazendo com que haja a formação de pessoas voltadas e comprometidas com essas causas, conscientizando para o consumo responsável e destino adequado dos resíduos. (USP, 2021). O público prioritário do Programa é a comunidade USP, envolvendo discentes de graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnicos e administrativos e visitantes.

Dentre as principais ações, podem ser destacadas:

- Ações de Educação Ambiental, considerando processos participativos, aperfeiçoamento de habilidades e saberes, autonomia por meio de posturas proativas e responsáveis e melhoria contínua;
- Gestão de resíduos na perspectiva dos 3Rs, reduzir, reutilizar e reciclar;
- Desenvolvimento de tecnologias ambientalmente adequadas, traduzido em produtos e/ou processos apropriados às condições ambientais, sociais, econômicas e culturais dos seus usuários, oferecendo contribuições à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida.

O USP recicla também procura atender o público por meio de:

- Atendimento a consultas telefônicas em São Carlos, Piracicaba e Ribeirão Preto;
- Atendimento de consultas via correio eletrônico;
- Atendimento a visitantes;
- Realização ou colaboração em eventos abertos à sociedade em geral;

- Apoio ou promoção de projetos para escolas (em Piracicaba e Ribeirão Preto);
- Formulação de parcerias com Prefeituras Municipais, organizações da sociedade civil e outras instituições.

Abaixo segue a canecas que são distribuídas entre a comunidade, evitando desta forma o uso de copos plásticos e descarte incorreto pelo campus. Dessa forma, nos restaurantes universitários e demais locais de atendimento, é comumente observado que cada indivíduo tem a sua própria caneca ou copo, sendo esta uma cultura incorporada entre os membros da comunidade.

Figura 3. Canecas distribuídas pelo USP Recicla.



Fonte: USP Recicla (2021)

Por meio de atividades socioambientais formativas, os PAP3 têm o compromisso de desenvolver ações educadoras buscando alcançar os demais servidores em seus respectivos campi (PAP4). Iniciado em 2013, por meio de uma parceria entre a SGA (Superintendência de Gestão Ambiental) e a Escola Técnica e de Gestão da USP, a formação socioambiental de servidores técnicos e administrativos da USP trata-se de um processo educativo que se estrutura em um sistema de rede formado por “Pessoas que Aprendem Participando” (PAP). A rede adota uma arquitetura de capilaridade, com base em processos multiplicadores, dialógicos e participativos.

Assim, o PAP objetiva fomentar ações sustentáveis na gestão universitária e oferecer subsídios para a ampliação da consciência acerca das problemáticas socioambientais e a responsabilidade individual e coletiva sobre este cenário.

Como projetos sociais, a SGA apresenta:

- Cobertura Viva, Faculdade de Direito em São Paulo: plantio de espécies em um jardim que proporciona não só possibilidades novas de utilização do espaço, como também insere mais verde na área central da cidade de São Paulo “Vamos de Bike”, no Campus Pirassununga: Bicicletas que podem ser utilizadas com o cartão USP para uma movimentação mais sustentável;
- Horta Comunitária, na Faculdade de Medicina em São Paulo e outros projetos: ampliação do sistema de compostagem, hortas e jardins do campus. Por meio dos projetos implantados pela SGA, como o USP recicla, espera-se aplicar os conceitos de sustentabilidade, educação ambiental, assim como a responsabilidade social, fazendo com que a sociedade como um todo seja responsável e esteja consciente a respeito do descarte correto de lixo.

Além disso, nas últimas décadas, com o crescente avanço tecnológico e aumento de indústrias por conta da crescente demanda devido ao aumento populacional, observou-se um acúmulo muito grande de equipamentos obsoletos, bem como outros tipos de lixos eletrônicos, fazendo com que este seja um problema cada vez mais aparente e que tende a crescer com o passar dos anos.

Silva (2010) destaca que a preocupação ambiental em relação à disposição inadequada do *e-lixo* ocorre devido à liberação de substâncias tóxicas que podem causar sérios impactos à natureza. Estas substâncias podem trazer danos irreversíveis ao meio ambiente e quando observadas em longo prazo, nota-se que o problema só tende a aumentar, por conta do crescimento na indústria eletroeletrônica.

Segundo Kemerich et al (2013), dentre as substâncias que compõem as pilhas e baterias, existem os metais pesados. Quando estes produtos não possuem mais utilidade, por carência de alternativas ou de informações, são despejados no lixo junto a resíduos sólidos comuns. Com o descarte indevido destes materiais, os metais pesados presentes como chumbo, níquel, cádmio, mercúrio, cobre, zinco, manganês, prata entre outros, podem ser lixiviados infiltrando-se e contaminando o solo, o lençol freático e também a fauna e a flora das regiões próximas. Além disso, estes metais são bioacumulativos. Quando absorvidos pelo ser humano através da cadeia

alimentar depositam-se no tecido ósseo e gorduroso, podendo provocar doenças que variam de lesões cerebrais a disfunções renais e pulmonares.

Portanto, algumas indagações vieram a surgir, sobre o que fazer, onde descartar e de quem é a gestão sobre o destino correto desses resíduos. De acordo com Schlupe et al. (2009), o Brasil é o maior produtor per capita de resíduos eletrônicos de computadores pessoais entre os países emergentes (0,5 kg/cap.ano). O país também é campeão quanto à falta de dados e estudos sobre essa produção, bem como a sua reciclagem e a reaproveitamento.

No Brasil, esta problemática do descarte de pilhas já está sendo equacionado pelas Resoluções no 257/99 e no 263/99 do CONAMA, que tem força de lei. Filho et al (2018) diz que de acordo com o artigo I da Resolução no 257/99 do CONAMA as pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessários ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletroeletrônicos que os contenham integrados em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem diretamente, ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

De acordo com Souza (2020), nota-se que no Brasil, cerca de 800 milhões de pilhas são fabricadas por ano, com diferentes variedades de tamanho, espessura e potência. Seus componentes mais comuns são mercúrio, chumbo e cádmio - metais altamente tóxicos e que afetam o sistema nervoso central, assim como outros órgãos. O fato é que, esses elementos químicos são bioacumulativos e podem ficar retidos no meio ambiente por milhares de anos. Seus principais danos à natureza são a contaminação do solo, lençóis freáticos, cursos d'água e a fauna e a flora local.

O Poli USP Recicla, no âmbito de seu "Programa de Gestão de Resíduos", iniciou a coleta seletiva de pilhas e baterias. Para isso instalou na recepção de todos os prédios um "Coletor de Pilhas e Baterias"

Pode-se constatar que com ideias simples, econômicas e de fácil implantação é possível promover mudanças de hábitos de consumo e responsabilidade quanto ao

lixo gerado, promovendo assim inúmeros benefícios à população e ao meio ambiente, tais como:

- Qualidade de vida para as futuras gerações: Segundo Zanetti e Sá (2020), há necessidade de conscientizar a população da importância de preservar o meio ambiente, com mudanças de hábitos de consumo e responsabilidade quanto ao lixo gerado, pois é direito de todos terem um ambiente saudável e com qualidade de vida, inclusive para as futuras gerações.
- Diminuição da contaminação de plantas, solo e lençóis freáticos: O descarte correto diminui a contaminação ocorrida no solo, água e arredores dos aterros sanitários e lixões e subseqüentes consequências calamitosas como efeitos tóxicos no organismo humano e de animais pela presença de metais pesados como o chumbo, mercúrio, níquel e cádmio presentes nesses produtos, que são bioacumulativos e podem comprometer a qualidade e o uso posterior dos aquíferos como fonte de abastecimento de água e na produção de alimentos conforme consta no Guia para coleta seletiva de pilhas e baterias do estado do Rio de Janeiro (2000, p. 4)
- Evitar problemas de saúde provocados pela contaminação com metais pesados potencialmente perigosos à saúde presentes nas pilhas e baterias. No Guia para coleta seletiva de pilhas e baterias do estado do Rio de Janeiro (2000, p. 4) encontramos a descrição dos metais pesados contidos em pilhas e bateria e os males que eles causam. O cádmio causa distúrbios gastrintestinais, pneumonite química, alterações morfológicas e funcionais nos rins; já a intoxicação por chumbo leva à anemia e alterações cognitivas, doenças cerebrovasculares e distúrbios digestivos; o mercúrio afeta o sistema nervoso, causando perda de memória, tremor e alterações visuais e auditivas, a contaminação com o níquel causa câncer e com o zinco, alterações no quadro sanguíneo e problemas pulmonares.

Observa-se que os conceitos interligados ao respeito e meio ambiente, podem ser trabalhados tanto por empresas como por organizações do terceiro setor, ONGs, projetos sociais e demais. O chamado Terceiro Setor é formado por organizações sem fins lucrativos que prestam serviços públicos. A ideia principal dessas organizações é gerar impacto positivo na sociedade, através de diversas ações, para torná-la menos desigual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da harmonização das dimensões da sustentabilidade aparece como um aspecto diferenciador para as organizações na dinâmica de mercado. O desenvolvimento desse tema torna-se cada vez mais necessário, pois esse fator indica a longevidade das práticas dessas organizações.

Neste estudo, escolhemos o terceiro setor para estudar porque as organizações sem fins lucrativos devem ter aspectos singulares em seu desenvolvimento para melhor desenvolver suas ações e práticas. A resiliência nessas organizações indica melhor desempenho em um determinado contexto.

Ao selecionar uma ONG, o estudo apresentou um direcionamento para organizações com atuação direta na sociedade, o que facilita o reconhecimento de algumas características juntamente com o perfil da organização. Isso foi facilitado pela escolha das categorias teóricas de acordo com a extração durante os estudos teóricos realizados.

De acordo com os resultados da ferramenta utilizada para análise de categorias, foi possível compreender que a organização, objeto deste estudo, conhece o conceito de sustentabilidade e o incluiu em sua prática de gestão. Esse fato é corroborado pelas falas dos entrevistados, que indicam que, em geral, os princípios da sustentabilidade permeiam as ações e ferramentas elencadas em cada categoria.

Também foi possível observar a presença de harmonia em relação a essas categorias de sustentabilidade analisadas, pois as respostas dialogam entre si por meio de pontos comuns (caracterizados como ações ou princípios).

No entanto, confirma-se também que ainda existem lacunas que podem ser preenchidas ao nível da harmonização destas categorias, nomeadamente ao nível do voluntariado e da profissionalização. Tais aspectos carecem de ações bem definidas que complementem as de outras categorias para que de fato cooperem na sustentabilidade institucional.

Nesse sentido, assume-se a necessidade de organizar um plano de voluntariado que inclua determinados tipos de atividades e melhore a utilização desses recursos. Muitas organizações do terceiro setor têm coordenações ou setores específicos para isso, reconhecendo a necessidade de pessoal qualificado, mas não dispendo recursos para obtê-lo, a parceria com o meio acadêmico ofertando estágios

ou projetos de extensão é uma opção que traz experiência prática para o voluntário e agrega ao conhecimento qualificado à mão de obra da organização.

Entretanto, essa necessidade contrasta com a escassez de recursos e a dificuldade de capturá-los no terceiro setor. Além disso, o trabalho voluntário é um fator especial para as organizações da sociedade civil, que muitas vezes partem do trabalho não remunerado de pessoas com interesses, ideologias e princípios comuns.

Com base nessas considerações, a principal contribuição deste trabalho inclui a definição de categorias teóricas que visam definir a sustentabilidade nas organizações do terceiro setor, pois foram selecionados aspectos que podem ser harmonizados em termos de práticas e ações organizacionais. Todas as entidades, sejam organizações do meio privado ou público, com ou sem fins lucrativos tem como base o conjunto de processos que a tornam sustentáveis na visão de manutenção de seus processos e obtenção de resultados, que podem ser lucro ou impacto social e ambiental. Essa mesma sustentabilidade se torna um valor que pode gerar visibilidade a um ou mais nichos de mercado como consumidores veganos ou empresas que são ambientalmente conscientes e investem em ideias e organizações verdes.

No caso da USP Recicla, a sustentabilidade é desde a sobrevivência da organização até sua missão de impacto socioambiental, tendo uma gestão baseada em empreendedorismo sustentável, que agrega valor não somente a marca, mas também a Universidade onde é inserida, sendo modelo e referência de sustentabilidade.

Posto isto, percebe-se que o estudo continua visando agregar e estimular a implementação de novos estudos que possam abranger uma abrangência maior desse tema, explorando as relações das categorias selecionadas a partir de diferentes perspectivas, buscando ratificar o efetivo compartilhamento deste conceito por organizações do setor.

5.1. CONSIDERAÇÕES FUTURAS

Sugere-se para pesquisas futuras que sejam propostas metodologias de empreendedorismo sustentável por meio de um plano de ação para que outras empresas tenham um material atualizado e bem fundamentado sobre como implementar o empreendedorismo sustentável em sua organização. Ao mesmo tempo que com as transformações do mercado e avanços tecnológicos em prol de tornar as

organizações menos nocivas ao meio ambiente, novas metodologias de gestão sustentável dentro dos pilares de sustentabilidade econômica, social e ambiental sejam implementadas.

Vale ressaltar que os o empreendedorismo sustentável gera resultados econômicos e sociais, sendo aplicável para todos os tipos de organizações, dada a relevância desse trabalho para futuros estudos e sua relevância para o mercado.

REFERÊNCIAS

ADIZES, I. **How to Solve the Mismanagement Crisis: Diagnosis and treatment of Management Problems**, Irvington Publishing, New York, 1979.

ALVES JUNIOR, M. D. **Sustentabilidade na Gestão de Organizações do Terceiro Setor: Um estudo dos Empreendimentos Sociais apoiados pela Ashoka**. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Fortaleza, 2018.

ALENCASTRO, M. S. C. **Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ANTONIUS, P. A. J. **A exploração dos recursos naturais face à sustentabilidade e gestão ambiental: uma reflexão teórica conceitual**. Belém: NAEA, 1999.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa Familiar: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA. L.T. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Norte de Minas Gerais: Estudo Relativo à Implantação de Unidades de Reciclagem e Compostagem a partir de 1997**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Escola de Engenharia -UFMG, 2004.

BARBOSA, V. S. **Níveis de governança corporativa: rentabilidade e valorização**. 2018. Trabalho de Conclusão Curso (Graduação) – Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17310>>. Acesso em:

BIALOSKORSKI NETO, S. Gobierno y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. **Revista de Economía Pública Social y cooperativa**, v. 48, 2004.

BELZ, F. M.; BINDER, J. K. (2015). Sustainable entrepreneurship: a convergente process model. **Business Strategy and the Environment**, 1-17.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações**. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental. São Paulo: Senac, 2016. p. 13-40.

BORGES, C. et al. **Empreendedorismo sustentável: proposição de uma tipologia e sugestão de pesquisa**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n.1, p. 77-100. 2013.

BORGES, Cândido; BORGES, Marcos Martins; FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; NAJBERG, Estela; TETE, Marcelo Ferreira. **Empreendedorismo Sustentável: proposição de uma tipologia e sugestões de pesquisa**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n. 1, p. 77-100, 2013.

BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. M. O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais. **Revista Economia e Gestão**, São Paulo, v. 29, p. 141-168, 1994.

BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. **O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Anais... 2012, São Paulo.

BLACK, B. S.; JANG, H.; KIM, W. **Does Corporate Governance Affect Firm Value? Evidence from Korea**. Working Paper, Stanford Law School, 2012. (Tradução). Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.haas.berkeley.edu/groups/finance/black.pdf&prev=search>. Acesso em:

BRASIL, Sandra Aparecida; NOGUEIRA, Clariana Ribeiro. **Empreendedorismo Sustentável: estudo de caso sobre o processo de criação de um empreendimento sustentável**. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 5, n. 5, Mar. 2016, p. 172- 196.

CARROLL, Archie B; SHABANA, Kareem M. **The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice**. International Journal of Management Reviews, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

CARROLL, Archie B. **Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks**. Organizational Dynamics, 2015.

CARROLL, Archie B; BUCHHOLTZ, A. **Business and society: ethics and stakeholder management**. 4. ed. Cincinnati: South-Western College, 2000.

COMISSÃO BRUNDTLAND **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, C. E. G. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**. Caderno de Estudos. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

CUNHA, R. A. N. A universidade na formação de empreendedores: a percepção prática dos alunos de graduação. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Curitiba, PR, Brasil, 28,2004.

CREDIDIO, F. **A outra face do bem: empresas investem na área social mais por marketing do que por vocação**. 2018. Disponível em:

<<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/a-outra-face-do-bem-empresas-investem-na-area-social-mais-por-marketing-do-que-por-vocacao/>>. Acesso em:

DESROCHERS, Martin & FIRCHER, Klaus P. Corporate Governance and Depository Institutions Failure: The Case of an Emerging Market Economy. **Social Science Research Network**, 2002.

DIETRICH, M. Accounting for the economics of the firm. **Management Accounting Research**, v. 12, n. 1, p. 3-20, 2001.

DRUCKER, P. **Fator humano e desempenho: o melhor de Peter Drucker sobre administração**. São Paulo: Pioneira, 2012.

ECCLES, Robert G.; SERAFEIM, George. **The performance frontier**. Harvard business review, v. 91, n. 5, p. 50-60, 2013.

ENRIQUEZ, Eugène. **Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações**. Revista Tempo Brasileiro, v. 36/37, jan./jun. 1974, p. 53-97

FIGGE, F., & SCHALTEGGER, S. **What is "stakeholder value?": developing a catchphrase into a benchmarking tool**. Lüneburg: Universität Lüneburg, Pictet & Cie, UNEP, 2000.

FILION, L. J. Empirical Systems Modeling Methodology (ESM): Applications to Entrepreneurial Actors. **Advances in Qualitative Organization Research**, Stamford, v. v. 2, n. 3^a, p. 201-220, 1999.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, 34(2), 5-28, 1999.

FILHO, L. J. et al. Descarte de pilhas e baterias: a compreensão dos alunos da escola EEEFM Nelson Batista Alves. **Caderno Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 2 (2018). Campina Grande/PB. Disponível em: <<https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/CVADS/article/view/6662>>. Acesso em: 24/02/2022.

GALILEU. **54% das metas brasileiras para a Agenda 2030 estão em retrocesso**. 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2021/09/54-das-metas-brasileiras-para-agenda-2030-estao-em-retrocesso.html>. Acesso em: 05/01/2021.

Guia para Coleta Seletiva de Pilhas e Baterias, FIRJAN/CIRJ/SESI/SENAI/IEL, minuta 27/07/2000.

HART, S. A natural-resource-based view of the firm. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014, out. 1995.

HART, S. L. e MILSTEN, M. B. Creating Sustainable Value. **Academy of Management Executive**, v.17, n. 2, p. 56-69, 2003.

HOCKERTS, K.; WÜSTENHAGEN, R. Greening Goliaths versus emerging Davids: theorizing about the role of incumbents and new entrants in sustainable entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 25, p. 481-492, 2010.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. – 4. ed. – São Paulo: IBGC, 2009.

JAMALI, D. Insights into the triple bottom line integration from a learning organization perspective. **Business Process Management Journal**, New York, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

KISIL, R. **A aderência entre o constructo sustentabilidade e a prática das ONGs**. 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018.

KEIMERICH, P. D. C. et al. **Impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de lixo eletrônico no solo**. Engenharia Ambiental – Pesquisa e Tecnologia, v. 10, n. 2, p. 208-219, mar. /abr. 2013. Espírito Santo do Pinhal/SP. Disponível em: <<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/engenhariaambiental/viewarticle.php?id=900&layout=abstract&locale=>>>. Acesso em: 24/02/2022.

LAU, R. S. M.; RAGOTHAMAN, S. Strategic issues of environmental management. **South Dakota Business Review**, v. 56, n. 2, p. 1-7, 1997.

LAVIERE, C. Educação empreendedora? In R. M. A. Lopes (Org.), **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas** (pp. 1-16), 2010. Rio de Janeiro: Elsevier.

LINDGREEN, Adam; SWAEN, Valérie; JOHNSTON, Wesley J. **Corporate social responsibility: An empirical investigation of US organizations**. Journal of Business Ethics, v. 85, n. 2, p. 303-323, 2009.

LINNANEN, L.; PANAPANANAN, V. **Roadmapping CSR in finish companies**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2002.

LOPES, G. S., JR., & SOUZA, E. C. L. Atitude empreendedora em proprietários-gerentes de pequenas empresas. Construção de um instrumento de medida. **Revista Eletrônica de Administração**, 11(6), 1-21, 2005. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_380.pdf>. Acesso em: 24/02/2022.

MAJID, I. A. e KOE, W. L. Sustainable Entrepreneurship: a revised model based on triple bottom line (TBL). **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, 2(6), 293-310, 2012.

MARTENS, C. D. P et al. Orientação empreendedora: revisitando conceitos e aproximando com a internacionalização das organizações. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.4, n.1, p. 112-126, 2010. Disponível em: <<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/172/139>>. Acesso em: 16/04/2021. Acesso em: 24/02/2022.

MILLER, D. The correlates of entrepreneurship in three types of firms. **Management Science**. Jul.1983, 29 (7), p.770-791, 22p.

MONTIEL, Ivan. **Corporate social responsibility and corporate sustainability separate pasts, common futures**. *Organization & Environment*, v. 21, n. 3, p. 245-269, 2008.

MOTA, Ana Lúcia Castilho da; NASSIF, Vânia Maria Jorge. **Sobrevivência de Organizações Empreendedoras do Terceiro Setor: jogar sozinho ou em rede?** XXXIX Encontro da ANPAD. Belo Horizonte/MG, 2015.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. *REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, maio/ago. 2009.

ONU. **Guia dos ODS para as empresas. Diretrizes para Implementação dos ODS na estratégia** dos negócios. 2015.

PARRISH, B. D.; FOXON, T. J. Sustainability entrepreneurship and equitable transitions to a low-carbon economy. **Greener Management International**, v. 55, p. 47-62, 2009.

PARRISH, B. D. **Sustainability-Driven entrepreneurship: a literature review**. Leeds, UK: University of Leeds, 2018.

PERRINI, F. e TENCATI, A. Sustainability and stakeholder management: the need for new corporate performance evaluation and reporting systems. **Business Strategy and the Environment**, 15(5), 296-308, 2006.

REYNOLDS, P. D.; HAY, M.; CAMP, S. M. **Global Entrepreneurship Monitor – Executive Report**. Babson College: 1999.

SARKAR, S. (2010). **Empreendedorismo e inovação**. Escolar Editora. Saxenian, A. (1990). Regional Networks and the resurgence of Silicon Valley. *California Management Review*. 89-109. Disponível em: <[http://www1.ximb.ac.in/users/fac/visiting/vfac.nsf/23e5e39594c064ee852564ae004fa010/51e213743b63ce6e65257028003e3ccc/\\$FILE/saxenian.pdf](http://www1.ximb.ac.in/users/fac/visiting/vfac.nsf/23e5e39594c064ee852564ae004fa010/51e213743b63ce6e65257028003e3ccc/$FILE/saxenian.pdf)>. Acesso em: 24/02/2022.

SHEPHERD, D. A., e PATZELT, H. The new field of sustainable entrepreneurship: studying entrepreneurial action linking “what is to be sustained” with “what is to be developed”. **Entrepreneurship Theory and Practice**, 35(1), 137-163, 2011.

SCHLANGE, L. E. What drives sustainable entrepreneurs. **Proceedings of the Applied Business and Entrepreneurship Association International (ABEAI) Conference**, Kona, HI, USA, 3, 2006.

SCHLANGE, L. E. Stakeholder identification in sustainability entrepreneurship. **Greener Management International**, (55), 13-32, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. 3.ed. New York: Harper & Row, 1950.

SCHLUEP, M. et al. **Recycling – from e-waste to resources**. StPE study report commissioned by UNEP and UNU. Germany: UNEP, 2009. 90 p.

SILVA, J. R. N. da. **Lixo eletrônico: um estudo de responsabilidade ambiental no contexto no Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus Centro**. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 1., 2010, Bauru. Anais... IBEAS, 2010. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/Congresso/Trabalhos2010/III-009.pdf>>. Acesso em: 24/02/2022.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Curitiba: Enanpad, 2010.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas**. São Paulo, Atlas, 2016.

SEBRAE. **Pesquisa sobre Sustentabilidade – Relatório Final**. Brasília: SEBRAE, Dezembro/2013.

SKLAIR, L. **Globalization, capitalism and its alternatives**. 3. ed. Oxford: Oxford University, 2002.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 95-105, 2003.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VASCONCELOS, Ana Lucia Fontes de Souza; SLOMSKI Valmor. **Evidências de efetivação de práticas de excelência de gestão utilizadas pelas organizações do terceiro setor**. EnANPAD. São Paulo/SP, 2017.

VIEIRA, K. N. et al. **A logística reversa do lixo tecnológico: um estudo sobre o projeto de coleta de lâmpadas, pilhas e baterias da Braskem**. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental set.- dez. 2009, V.3, N.º.3, p.120-136, Salvador/BA. Disponível em: <<https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/180/81>>. Acesso em 24/02/2022.

WIKLUND, J. Entrepreneurial Orientation as Predictor of Performance and Entrepreneurial Behaviour in Small Firms - Longitudinal Evidence. **Frontiers of Entrepreneurship Research**, 1998, [on line] Disponível em: <<http://www.babson.edu/entrep/fer/papers98/index98/index98.html>> - Acesso em: 24/02/2022.

WIKLUND, J. e SHEPHERD, D. Entrepreneurial orientation and small business performance: a configurational approach. **Journal of Business Venturing**, Jan 2005, 20 (1), p.71-91, 21p

ZANETTI, I.C.B.B.; SÁ, L.M. **A educação ambiental como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente**. Infraestrutura e Meio Ambiente - Coordenadoria de Educação Ambiental, 2016, Brasília/DF. Disponível em: Acesso em 15 de novembro de 2020.